

OS MODERNOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES PARLAMENTARES: Uma panorâmica das características e princípios comuns

*Mary Nell Bryant**

Tradução

Maria Isabel Taveira

Os serviços de informações parlamentares variam bastante pelo mundo afora em termos de dimensão, orçamento, recursos, instalações, sofisticação tecnológica e níveis de serviços oferecidos. Os exemplos de bibliotecas parlamentares e serviços de informações vão desde a Biblioteca Parlamentar da Albânia, com três funcionários e recursos de automação limitados, até ao Serviço de Pesquisa do Congresso dos EUA, com mais de setecentos funcionários e alguns dos meios de suporte tecnológico mais sofisticados da atualidade. A sua organização básica também difere, desde os modelos da Polónia e do Brasil, onde existem bibliotecas e seções de pesquisa separadas para cada uma das casas do sistema bicameral, até aos modelos australiano e britânico, em que um serviço de informações presta assistência a ambas as casas parlamentares. Do mesmo modo, também os níveis de serviço variam, desde a oferta de serviços básicos de referência até sistemas sofisticados de pesquisa e análise de políticas públicas. Não é de surpreender que exista uma tal variedade de serviços de informação internos de suporte ao Poder Legislativo. O ponto interessante é que, apesar dessas diferenças, a maior parte das bibliotecas de apoio a instituições democráticas funcionam com as mesmas características e princípios comuns.

Independentemente da dimensão, da complexidade ou da organização, os serviços de informações parlamentares têm como base os princípios de oportunidade,

* Diretora de Documentação e Informação para a Europa Setentrional, da Subsecretaria de Diplomacia Pública e Assuntos Públicos, do Departamento de Estado dos Estados Unidos; Tradução de Maria Isabel Taveira, Tradutora-Intérprete do Serviço de Tradução (SETRIN), da Sec. de Inf. e Doc.

exatidão, objetividade, adequação e confidencialidade. Tais princípios são sempre levados em consideração, quer se trate do pedido de um simples dado estatístico, ou de uma sofisticada comparação analítica entre propostas legislativas. Num ambiente moderno, caracterizado pela rapidez de informações, os serviços de informações parlamentares mais eficazes caracterizam-se ainda pelo seu alto nível de iniciativa, pela existência de pessoal bem preparado e qualificado, capaz de tirar partido de todos os tipos de recursos e tecnologias de informação, e pela avaliação e revisão sistemáticas da qualidade dos serviços, concebidos de forma específica para se adequarem às necessidades do usuário. Tais serviços não saem baratos. Torna-se essencial um apoio constante do Parlamento, a fim de manter e desenvolver um sistema de informações úteis e direcionadas aos usuários.

Antes de nos alargarmos mais sobre os princípios e características dos serviços de informações parlamentares, e tomando em consideração o seu custo, vale observar as razões que justificam o fornecimento de tais serviços. Pode-se começar por argumentar que a força de um sistema legislativo depende, pelo menos em parte, do nível e qualidade da informação a que os seus membros têm acesso. Existe um *continuum* no processo de desenvolvimento de um sistema legislativo, desde o simples funcionamento, ao sistema informado, ao sistema independente. É claro que um sistema legislativo independente tem de ter poder constitucional adequado, mas também deverá ter as suas próprias fontes de informação, com base nas quais possa analisar, discutir e avaliar as propostas legislativas, independentemente dos outros ramos do poder.

Serviços de informações de qualidade contribuem para a credibilidade e eficácia do sistema legislativo como instituição. No seu papel de legisladores, os parlamentares têm necessidade de informações por vários motivos: para fazer propostas legislativas bem informadas; para realizar discussões educadas e racionais sobre matéria política; e para proporcionar um sistema de fiscalização inteligente dos programas governamentais. Os parlamentares defrontam-se com uma multiplicidade de assuntos cada vez mais complexos, como biotecnologia, telecomunicações, proteção ambiental, saúde e bem-estar públicos, urbanização. Ninguém pode ser um perito em todas estas áreas e a necessidade de informações precisas, oportunas, incisivas e imparciais é essencial para que os parlamentares possam elaborar propostas legislativas e tomar decisões com base em raciocínios bem embasados.

Na sua qualidade de administrador, comunicador e representante do seu eleitorado, o parlamentar desempenha outros papéis adicionais. Também nestas áreas a informação é essencial. Ao realizar inquéritos públicos sobre matéria de política pública e ao dar resposta aos meios de comunicação e às questões colocadas pelo seu eleitorado, um parlamentar terá de ter na ponta dos dedos informações atualizadas e precisas. Mais uma vez as informações corretas aumentarão a sua credibilidade e a credibilidade da instituição.

A importância de um parlamento bem informado para o bom funcionamento de um governo democrático não é novidade. Novos são o alcance e a complexidade das matérias com as quais o legislador deve lidar e a urgência e quantidade de informações disponíveis e solicitadas. À medida que esta evolução da complexidade das informações progride, serviços de informações parlamentares capazes e sólidos tornam-se cada vez mais importantes.

Em último lugar, e vista de uma perspectiva mais abrangente, uma legislatura informada constitui uma base firme para um governo democrático forte. Tal como o Presidente dos EUA, James Madison, disse em 1822, “um povo que pretende se governar a si mesmo, deverá se armar com o poder que só o conhecimento oferece.”

PRINCÍPIOS COMUNS

Após mostrar a importância da informação para os membros do Parlamento, retornemos agora aos princípios comuns que caracterizam um bom serviço de informações parlamentares: objetividade, confidencialidade, oportunidade, exatidão e adequação.

A objetividade significa que as informações fornecidas não poderão ser tendenciosas, inclinando-se para um ou outro partido político. Todos os pontos de vista mais importantes deverão ser considerados e postos à disposição. Existem muitas espécies de informações tendenciosas: materiais fornecidos por lobistas de grandes empresas privadas; materiais fornecidos por partidos políticos; materiais fornecidos por grupos de opinião com uma tendência filosófica ou política específica. O que diferencia um serviço de informações parlamentares é que este não defende pontos de vista. Pelo contrário, fornece ao parlamentar todas as informações relevantes, de tal modo que ele possa pesar de igual forma os dois lados da balança e tirar as suas próprias conclusões. A partir daí, o parlamentar poderá dar-lhe o brilho político, o que, na realidade, faz parte do seu trabalho. As informações não tendenciosas contribuem para a formação de um elo de confiança entre o parlamentar e o serviço de informações. A formação da confiança infere também um compromisso de confidencialidade. Um parlamentar precisa de se sentir livre para fazer perguntas e discutir questões sem temor de comprometer os seus interesses.

A oportunidade é crucial neste mundo caracterizado pela rapidez de processos e pela importância vital dos meios de comunicação. Um parlamentar precisa de ter a certeza de que a informação que pede ser-lhe-á fornecida na hora em que precisar dela, se não mesmo antes. O pessoal tem de cumprir prazos. Uma informação vital para um debate ou para uma entrevista em que o parlamentar participe será inútil se chegar depois do acontecimento.

O esforço para cumprir prazos nunca deverá prejudicar a exatidão das informações. A exatidão é essencial no debate público ou no processo decisório. Bibliotecários e pesquisadores terão de dar aquele passo extra que lhes garanta que as suas respostas são tão precisas quanto possível, usando dados atuais e completos. As estatísticas do ano anterior são insuficientes se existirem estatísticas mais recentes.

Adequação significa que a quantidade e forma das informações fornecidas deverão estar de acordo com as necessidades de quem as pediu. Significa, não apenas encontrar as informações, mas fazer com que possam ser utilizadas. Se um parlamentar pedir uma informação biográfica, significa que ele quer uma obra biográfica completa ou um resumo de um parágrafo? Se ele pedir informações básicas resumidas sobre uma matéria política, a fim de se preparar para um debate no dia seguinte, o fato de receber vários livros sobre o assunto não será de qualquer utilidade para ele. Por outro lado, se ele desejar um estudo detalhado de determinada matéria, um resumo de uma página não irá atender às suas necessidades. Informações há muitas; conhecimento nem tanto. Um bom especialista em informação saberá filtrar e condensar as informações de tal modo que atendam às necessidades de quem as pediu.

CARACTERÍSTICAS

A biblioteca parlamentar ou serviço de informações modernos não têm nada a ver com a velha imagem de uma biblioteca. Em vez de, passivamente, proteger e preservar informações, a biblioteca parlamentar moderna usa os seus recursos de informação de forma ativa para criar e distribuir produtos de informação. Antecipa necessidades, perguntas e questões, disponibilizando e distribuindo produtos e recursos especializados com antecedência em relação às solicitações. Faz a promoção do seu trabalho e das suas capacidades de forma ativa entre os parlamentares e suas comissões.

É claro que esta atitude pressupõe a existência de pessoal altamente educado e capaz, com conhecimentos especializados nas áreas de recursos de informação, política pública e processo legislativo. Devem lhes ser familiares todos os tipos de recursos de informação, desde livros e periódicos ao correio eletrônico, Internet e pesquisas em bases de dados automatizadas.

A biblioteca parlamentar moderna não fica parada, antes se caracteriza por um processo constante de avaliação e revisão de serviços e recursos. Comunica-se regularmente com os parlamentares, a fim de avaliar o impacto dos serviços prestados e definir que serviços adicionais poderão ser fornecidos, ou que modificação nos serviços existentes deverá ser realizada. Esta comunicação é essencial para que a biblioteca seja eficaz na sua qualidade de fornecedora de informações. A biblioteca só será capaz de conceber uma gama de serviços eficazes, se conhecer as necessidades dos parlamentares ou souber que serviços eles poderiam usar.

Em resumo, a moderna biblioteca parlamentar caracteriza-se pela sua natureza ativa, pelo seu pessoal educado e capaz, pelo uso de todos os tipos de informações e recursos e, finalmente, pela constante avaliação e revisão dos serviços prestados.

NECESSIDADES ORGANIZACIONAIS

A organização estrutural dos serviços de informações parlamentares varia bastante. Alguns serviços fornecem apenas informações de referência; outros fornecem referência e pesquisa; outros ainda terceirizam a pesquisa; alguns têm funções de referência e pesquisa separados em departamentos organizacionais distintos. Contudo, embora nos detalhes os padrões organizacionais variem bastante, existem certos elementos que, se no lugar certo, dão à biblioteca parlamentar a oportunidade de maximizar a sua eficácia. Entre estes estão uma definição de objetivos, um sistema bem estruturado de controle e envolvimento de seus membros, a existência de recursos adequados, pessoal profissionalmente capacitado e uma forma flexível de administração.

DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS

Uma definição de objetivos ajuda uma organização a se definir a si mesma e oferece diretrizes para determinar as atividades diárias e avaliar o êxito ou fracasso. Deverá definir claramente o objetivo e as metas da instituição. Tanto os parlamentares quanto o pessoal da biblioteca deveriam desenvolver os objetivos da mesma, ou pelo menos chegar a acordo de forma conjunta sobre eles. Uma definição de objetivos pode ser longa ou curta, desde que focalize os pontos essenciais, de forma a orientar as atividades da organização sem contudo proibir atividades específicas.

Por exemplo, a definição de objetivos da Biblioteca Parlamentar da Austrália é “Dar apoio ao processo parlamentar pela prestação, aos Senadores e Membros, de serviços de informação, serviços de análise e de assessoria com qualidade”. O Serviço de Pesquisa do Congresso dos EUA define os seus objetivos como se segue, “Em todo o processo legislativo, o Serviço de Pesquisa do Congresso faculta serviços abrangentes e confiáveis de análise, pesquisa e informações em tempo oportuno, e caracterizados pela objetividade, imparcialidade e confidencialidade, desta forma contribuindo para um sistema legislativo nacional bem informado”.

Uma definição mais elaborada chega-nos da Biblioteca Parlamentar do Japão que, por lei, “Funciona tal como especificado no Artigo 15 da Lei da Biblioteca da Assembléia Nacional:

1. dar apoio a cada Comissão da Câmara dos Deputados e da Câmara dos Conselheiros na análise e avaliação de projetos de lei e de propostas;
2. fornecer e analisar o material para utilização nas deliberações sobre política nacional a ter lugar nas Casas, Comissões e Membros das Assembléias;

SENATUS:
cadernos da Sec. de
Inf. e Doc., Brasília,
v.1, n.1, p. 75 a 85,
dez. 2001

3. prestar, sempre que for solicitado, serviços de preparação de projetos de lei; e

4. prestar serviços aos Poderes Executivo e Judicial e ao povo em geral; desde que tal não prejudique os seus serviços à Assembléia.

Ao executar estas funções, o Departamento de Pesquisa e Referência Legislativa adere ao princípio de neutralidade relativamente a todos os partidos políticos e parlamentares e preserva a confidencialidade das pesquisa solicitadas.”

Embora as definições de objetivos tenham textos mais ou menos longos e palavras diferentes, no núcleo de todas elas está a idéia chave da prestação, aos legisladores, de serviços de informações qualificadas.

FISCALIZAÇÃO E ENVOLVIMENTO DOS PARLAMENTARES

O envolvimento dos parlamentares não termina com a criação de uma Declaração de Objetivos. Uma vez que os parlamentares são os beneficiários de um serviço de informações, terão de ser eles a fornecer as diretrizes a esse serviço. As suas necessidades determinam o papel de um serviço de informações e a sua participação é essencial para fazer o serviço trabalhar para eles de forma eficaz. De acordo com o guru da administração Peter Drucker, a administração do século 21 deverá focar a definição de metas, as realizações e a avaliação dos resultados. Os parlamentares deverão trabalhar com o pessoal da Biblioteca a fim de definir as metas e os resultados.

O controle por parte dos parlamentares é realizado com freqüência por meio de uma comissão de parlamentares criada para esse fim, ou por meio dos serviços administrativos parlamentares. De uma forma geral, podemos afirmar que, quanto mais elevado for o órgão a que a biblioteca se reportar, maior eficácia e capacidade de resposta ela terá.

RECURSOS ADEQUADOS

Além de estabelecer metas, os parlamentares deverão fornecer à biblioteca recursos adequados a fim de atingir esses objetivos. Um bom serviço de informações não é barato, nem depende de um investimento único. Deverá haver uma fonte de financiamento contínua, a fim de permitir um planejamento a longo prazo e um desenvolvimento dos serviços. É necessário um certo nível de compromisso financeiro para o planejamento orçamentário e processo decisório. O nível de recursos financeiros determina em última instância o nível dos serviços, embora não necessariamente a qualidade dos mesmos. Na realidade, para se ter qualidade não são necessários apenas recursos, como se verá quando olharmos as qualidades dos profissionais de informação.

O que são recursos adequados? Claro que isto depende em parte do papel do Parlamento na estrutura política do País, em parte das alternativas à biblioteca parlamentar para conseguir informações, e em parte do desenvolvimento tecnológico do País.

Recursos essenciais são aqueles que permitem ao pessoal acompanhar as matérias atuais e questões políticas, acessar o acervo de material gerado pelo próprio Parlamento e ter acesso a materiais de outros governos e organizações internacionais. Tradicionalmente, estes recursos incluem livros, obras de referência, jornais, periódicos, documentos legislativos e coleções de documentos internacionais. Cada vez mais coleções deste tipo estão acessíveis por meio eletrônico. Trata-se de coleções virtuais, que não são mantidas fisicamente pelas bibliotecas, mas acessadas pela Internet sempre que necessário.

Isto leva-nos a uma linha totalmente nova de recursos, os recursos tecnológicos. Da mesma forma que o papel dos bibliotecários mudou nos últimos anos, o mesmo aconteceu com a natureza dos recursos e coleções. As bibliotecas parlamentares modernas foram rápidas na forma como souberam se aproveitar de tais tecnologias computadorizadas, tais como a Internet, bases de dados comerciais, correio eletrônico, *intranets* e criação de bases de dados internas.

De forma crescente e sempre que possível, o acervo das bibliotecas concentra-se no acesso e não na propriedade. Ao usar a Internet para acessar tanto os recursos livres quanto os comerciais, as bibliotecas deixaram de ter necessidade de adquirir e manter acervos tão vastos quanto antigamente. O acervo das bibliotecas costumava basear-se na propriedade, adotando a filosofia de colecionar tudo o que o orçamento permitisse “para o caso de”. Com o advento da tecnologia, os países que têm essa capacidade, podem basear ao seu acervo no acesso em vez de na propriedade, adotando a filosofia do “mesmo na hora certa”.

A mudança do acervo físico para o acesso ao computador não significou uma diminuição de custos, nem significará. A tecnologia tem os seus próprios custos. Embora algumas informações via Internet sejam sem ônus, a maior parte das informações de qualidade, embora de fácil acesso, são caras. O acesso a informações oportunas, completas, precisas e confiáveis é, na sua maior parte, possível apenas pelo acesso a bases de dados comerciais. Também é necessário lembrar que o uso da tecnologia, enquanto substituto de algumas coleções e forma de melhoria de serviços, significa gastos com *hardware*, *software*, *upgrades*, pessoal especializado e treinamento sistemático.

QUADRO DE PESSOAL

O recurso mais importante de uma biblioteca parlamentar é o seu quadro de pessoal. Profissionais capazes, dedicados e criativos e um serviço de qualidade

constituem a chave de um serviço de informações. Uma vez que a biblioteconomia é hoje uma profissão dinâmica, acompanhando as mudanças drásticas na tecnologia e nas necessidades de informação, é válido nos debruçarmos sobre as qualificações necessárias atualmente aos profissionais de informações parlamentares.

O bibliotecário atual deverá ter um conhecimento especializado da ampla gama dos recursos de informação e saber definir os recursos necessários, disponíveis e a custos razoáveis. Deverá ser capaz de avaliar todos os recursos em termos de qualidade e confiabilidade. Além disto, o bibliotecário deverá também ser especialista em questões de política pública e atividades parlamentares. Os níveis de conhecimento técnico e de especialização irão depender da dimensão do quadro de pessoal. O parlamento norueguês está agora iniciando um serviço de pesquisa com cinco profissionais, enquanto que o Serviço de Pesquisa do Congresso dos EUA tem centenas de profissionais no seu quadro de pessoal.

Profissionalmente capacitado, o bibliotecário moderno tem de colocar em prática esse conhecimento de forma sistemática. Ele/ela deverá avaliar as necessidades de informação do Parlamento em parceria com os seus membros e comissões. Ninguém tem recursos para gastar tempo e dinheiro em serviços desnecessários ou de uso marginal. Tal avaliação poderá ser feita por meio de levantamentos feitos junto aos usuários, em grupos específicos e entrevistas individuais.

Após identificar as necessidades, o bibliotecário terá de conceber e distribuir serviços e produtos de informação de valor agregado, a fim de satisfazer essas necessidades. Como exemplos, podemos apontar a compilação e distribuição seletiva de recortes (*clippings*) de notícias diárias, tanto em meio eletrônico quanto em papel; o desenvolvimento de uma *intranet*, a fim de fornecer acesso rápido a informações de uso freqüente; identificação de informações atualizadas sobre assuntos específicos numa base regular para servir às comissões; oferta de um serviço de referências telefônicas fora das salas de reunião dos parlamentares.

Ao mesmo tempo que desenvolve estes serviços, o bibliotecário parlamentar moderno tem de se manter atualizado no que respeita à tecnologia mais apropriada, sabendo qual o *hardware* e *software* a ser usado, a fim de maximizar a sua eficácia. Em especial a Internet e o correio eletrônico oferecem ao bibliotecário oportunidades de criatividade nas atividades de coleta, tratamento e distribuição de informações. O bibliotecário funciona também, logicamente, como instrutor do restante pessoal parlamentar que deseje utilizar a Internet para realizar as suas próprias pesquisas.

Outra qualidade de um bibliotecário parlamentar é a avaliação e o refinamento dos serviços e produtos. A partir do momento em que os serviços foram desenvolvidos, os bibliotecários têm de conceber indicadores capazes de medir os resultados e o grau de satisfação dos clientes. Têm de procurar agressivamente o *feedback* necessário e usar esse *feedback* para melhorar sistematicamente os serviços de

informação em resposta à constante mudança das necessidades dos parlamentares e da própria informação em geral.

Os bibliotecários parlamentares atuais têm de ter orgulho na qualidade do seu trabalho, têm de se sentir comprometidos com a instituição e seus princípios, no que respeita a proporcionar informações imparciais, precisas, oportunas e adequadas. Têm de agir como qualquer profissional, comprometidos com um aprendizado contínuo, um treinamento sistemático e com a criação de redes de contatos profissionais, de forma a manter e aumentar as suas capacidades.

ADMINISTRAÇÃO FLEXÍVEL

Uma das chaves mais importantes para o sucesso contínuo de uma biblioteca parlamentar consiste numa forma de administração aberta e flexível, que saiba dar resposta às mudanças no meio envolvente e administre com vista a resultados, com os olhos postos nas metas estabelecidas e não nos regulamentos. A tipologia e o papel dos profissionais do quadro de pessoal podem ser flexíveis e não congelados em estruturas rígidas e embrutecedoras. Esse tipo de administração tira partido das capacidades e idéias do pessoal, é aberto a novas estruturas, novos papéis, recursos e serviços. A comunicação e a troca de idéias entre este tipo de profissionais são essenciais para o aumento da moral e para maximizar as capacidades da biblioteca. Tal como disse uma vez o antigo bibliotecário do Congresso, Daniel J. Boorstin, frente a uma Comissão do Congresso: “O conhecimento não é apenas mais uma *commodity* qualquer. Pelo contrário, o conhecimento nunca se esgota. Ele aumenta por difusão e cresce por dispersão.”¹

O diretor e líder de uma biblioteca parlamentar terá de ser um gestor eficaz, que utiliza formas de planeamento estratégico para atingir resultados e procura sugestões e idéias no seio do seu próprio pessoal. O diretor deverá trabalhar em contato íntimo com os parlamentares, a fim de poder lhes dar conhecimento dos serviços bibliotecários disponíveis e da importância de tais serviços para a atividade legislativa. O diretor deve integrar a equipe administrativa do Parlamento, promovendo o papel da biblioteca no contexto da instituição como um todo, e dando a conhecer o seu potencial ao resto do parlamento.

SERVIÇOS DE UMA BIBLIOTECA PARLAMENTAR

No que respeita a alguns serviços específicos prestados por uma biblioteca parlamentar ativa, podemos ver três categorias que se sobrepõem: serviços tradicionais,

1 À Subcomissão de Orçamento, citado no NY Times, em 23 de Fevereiro de 1986.

serviços de informação e serviços de pesquisa. Tradicionalmente, as bibliotecas eram instituições que adquiriam e catalogavam livros e periódicos, compilavam bibliografia e emprestavam o seu material. A biblioteca parlamentar moderna ainda executa esses serviços, mas já ultrapassou em muito esses limites.

O papel da biblioteca parlamentar moderna é a oferta ativa de serviços de informação especificamente concebidos de forma a satisfazer as necessidades dos legisladores. Tais serviços podem incluir a oferta de informações de referência (nomes, fatos, datas, leis, notícias, tratados), desenvolvimento de bases de dados, resumos e indexações de jornais, desenvolvimento de *home pages*, elaboração de pesquisas na Internet e em bases de dados comerciais, serviços de atualidades, coleta de informações de base sobre questões e eventos, produção de pacotes de informação e materiais de *briefing* eletrônico sobre questões políticas, monitoramento dos programas de rádio e TV, orientação e treinamento e traduções.

Estes serviços caracterizam-se pela antecipação e, simultaneamente, pela adequação. O que se deve destacar em todos eles é o fato de fornecerem informações aos parlamentares num formato e quantidade apropriados. É costume afirmar que o problema atual é o excesso de informações e não a falta. O papel do pessoal da biblioteca parlamentar é o desenvolvimento de serviços e produtos que destilem o excesso de informação tendo, como resultado, uma quantidade exata e adequada da mais alta qualidade.

Qualquer que seja o serviço criado pela biblioteca parlamentar, ele deverá ser promovido de forma ativa numa base sistemática. Mesmo que esse serviço seja inestimável, o parlamentar, em razão das demandas e pressões conflitantes, só terá conhecimento dele se for informado e sistematicamente lembrado da sua existência. Em alguns países, esta promoção dos serviços tem sido mais difícil de implementar do que a adoção das novas tecnologias. Os bibliotecários, na sua grande maioria, não têm o costume de se ver no papel de vendedores ou promotores; no entanto, eles terão de desempenhar este papel, a fim de educar os usuários que, também por falta de hábito, não conseguem ver a biblioteca desempenhando um papel tão aberto e tão ativo.

As bibliotecas parlamentares também se tornaram centros de tecnologia e muitas vezes desempenham um papel, se não principal, pelo menos muito significativo no desenvolvimento de sistemas de informação dirigidos às instituições como um todo. Elas criam as suas próprias páginas da rede, *intranets* e bases de dados internas. Podem-se ver alguns exemplos em:

<http://www.ndl.go.jp/e/index.html> (Japão);

<http://www.psp.cz/cgi-bin/eng/kps/knih/index.htm> (República checa);

<http://www.aph.gov.au/library> (Austrália);

<http://www.congreso.gob.pe/biblio/index1.htm> (Peru);

<http://www.senado.gov.br/bdtextual/bib/home.htm> (Brasil);

<http://www.parliament.uk/commons/lib/research/rpintro.htm> (Reino Unido).

São também o *locus* para pesquisa em bases de dados comerciais, tanto *on-line* quanto em *CD-ROM*, uma vez que têm o conhecimento específico necessário para explorar esses recursos.

Estes serviços de informação integram as atividades da maioria das bibliotecas parlamentares. Muito poucas têm os recursos ou a necessidade de ultrapassar este nível de serviço, e fornecer pesquisas e análises originais. Serviços mais avançados incluem análise legislativa, análise econômica e orçamentária, reuniões privadas com parlamentares, relatórios escritos sobre informações de base e resumos de propostas legislativas. Uma das principais vantagens da existência deste tipo de serviço interno é que, mais uma vez, ele atua segundo os princípios de objetividade e confidencialidade, tão importantes para o funcionamento de uma legislatura independente. A pesquisa original é feita internamente nas bibliotecas dos EUA, do Japão, do Reino Unido, da Austrália e da Polônia, para dar alguns exemplos. Um número maior de parlamentos recorre aos serviços de instituições acadêmicas para lhes fornecer análises aprofundadas e independentes sobre uma gama ampla de assuntos de natureza política. Conscientes do alto valor do seu trabalho, e com a cooperação dos parlamentares, algumas bibliotecas parlamentares estão agora colocando as suas pesquisas em *sites* da rede, disponibilizando as suas informações para quem quer que tenha acesso à Internet. Podem se ver exemplos desta iniciativa nos *sites* descritos acima para a Austrália e o Reino Unido. Infelizmente, o Serviço de Pesquisa do Congresso ainda não disponibilizou a sua pesquisa na Internet; contudo, muitos relatórios já estão disponíveis *on-line* e podem ser encontrados usando ferramentas de procura. É óbvio que a demanda da informação é uma prova do seu valor.

Quer se fale de pesquisa e análise ou da ampla gama de serviços de informações, de pequenas ou grandes bibliotecas parlamentares, o ponto chave de todas elas é, certamente, o valor. As bibliotecas modernas e ativas mantêm-se na frente da quantidade indescritível de informações que caracterizam o nosso mundo de hoje, coletam-na, avaliam-na, interpretam-na, preparam-na e promovem a sua utilização. Seguindo os princípios de objetividade, precisão, oportunidade, adequação e confidencialidade, elas elaboram produtos de valor agregado, dirigidos aos parlamentares, que tentam legislar num mundo cada vez mais complexo. Citando mais uma vez o Senhor Boorstin, “O nevoeiro da informação pode varrer o conhecimento”² O papel da biblioteca parlamentar é ajudar a limpar o nevoeiro, ajudando os membros do Parlamento a realizar a sua função de legislar, a fim de criar uma democracia mais forte.

² Acerca da automação das bibliotecas, NY Times, 8 de Julho de 1983.